



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 09 de Março de 2021
Lei nº 661 de 09 de Abril de 2007

Ano XV

Nº 2074



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO Nº 2398, DE 09 DE MARÇO DE 2021.

"Dispõe sobre a permissão de uso do bem público denominado Joana Darc Campos Souza – Galpão da Feira Municipal, na forma que especifica".

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, com fundamento no art. 86, I, 'g', da Lei Orgânica Municipal:

CONSIDERANDO o interesse público em possibilitar a outorga de permissão de uso aos pequenos produtores rurais, residentes ou não no Município de Monte Carmelo, viabilizando, assim, a realização de feiras destinadas à exposição para a venda de produtos, mediante a estrita observância às normas federais, estaduais e municipais;

CONSIDERANDO a importância de fomentar as atividades desenvolvidas por esses pequenos produtores, contribuindo de maneira direta para a subsistência de suas famílias, em condições de dignidade;

CONSIDERANDO que diante das dificuldades enfrentadas pela economia, é fundamental a adoção de medidas responsáveis e eficientes, contexto em que a atuação do Poder Público revela-se necessária;

CONSIDERANDO que o agronegócio representa um segmento com impactos altamente relevantes na economia, o que demonstra a importância do direcionamento de políticas públicas e da criação de alternativas que possibilitem a inserção e manutenção dos pequenos produtores rurais no mercado;

CONSIDERANDO, em face da relevância da matéria, que a outorga de permissão de uso traduz estratégia eficiente, sobretudo, considerando que pode recair sobre bens públicos de qualquer espécie;

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica Municipal prevê expressamente em seu art. 92, que "o uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, quando houver interesse público devidamente justificado";

CONSIDERANDO que o § 3º do dispositivo supracitado dispõe que "a permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita a título precário, por decreto";

CONSIDERANDO que os interesses públicos têm supremacia sobre os individuais e que o princípio da supremacia do interesse público está expressamente previsto no art. 2º, *caput*, da Lei nº 9.784/99, e especificado no parágrafo único, como a exigência de "atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei" (inciso II);

DECRETA:

Capítulo I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a permissão de uso pelo Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente, às pessoas físicas ou jurídicas interessadas, residentes ou não no Município de Monte Carmelo, do bem público denominado Joana Darc Campos Souza – Galpão da Feira Municipal, situado na Praça Armínio Paranhos, Bairro Boa Vista, nessa cidade.

§ 1º Para os efeitos deste Decreto, entende-se por:

I - permissão de uso: ato administrativo unilateral, gratuito, discricionário e precário, pelo qual a Administração Pública facultará, por tempo indeterminado, a utilização privativa do bem a que se refere o *caput*, para fins de interesse público.

II - pessoa física: agricultor familiar rural que desempenha uma ou mais

das seguintes atividades:

- a) produção de hortifrutigranjeiros;
- b) cultivo de plantas floríferas e ornamentais;
- c) produção de cereais, grãos alimentícios, doces, rapaduras, geleias, conservas em geral, frutas secas e cristalizadas e demais produtos similares;
- d) produção de café e quitandas em geral;
- e) produção de peixes, queijos e pastéis;
- f) fabricação de produtos artesanais.

III - pessoa jurídica: empreendedor familiar rural que desempenha uma ou mais das seguintes atividades:

- a) produção de hortifrutigranjeiros;
- b) cultivo de plantas floríferas e ornamentais;
- c) produção de cereais, grãos alimentícios, doces, rapaduras, geleias, conservas em geral, frutas secas e cristalizadas e demais produtos similares;
- d) produção de café e quitandas em geral;
- e) produção de peixes, queijos e pastéis;
- f) fabricação de produtos artesanais.

§ 2º A permissão de uso terá como finalidade a realização de feiras destinadas à exposição para a venda de produtos, mediante a estrita observância às normas sanitárias federais, estaduais e municipais, vedada a comercialização de:

- I - tabaco, fumo ou cigarro, independentemente da procedência;
- II - bebidas alcoólicas, exceto cachaça artesanal.

§ 3º O espaço do Galpão da Feira Municipal será delimitado de forma a contemplar 10 (dez) barracas de tamanhos iguais, conforme Anexo I deste Decreto.

Art. 2º A permissão de uso será formalizada por meio de Termo de Permissão de Uso, em estrita observância às disposições contidas neste Decreto, e ficará condicionada à realização de chamada pública pela Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente.

§ 1º É vedada a outorga de mais de uma permissão de uso à mesma pessoa física ou jurídica.

§ 2º Caso o número de interessados ultrapasse a capacidade de instalação no local, a Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente estabelecerá os critérios de alternância de acordo com os dias de funcionamento e o ramo de atividade, de modo a atender a todos de maneira igualitária.

§ 3º Se o interessado manifestar interesse em atuar em mais de um ramo de atividade, a instalação será feita com base no critério de predominância dos produtos que serão oferecidos.

Capítulo II DA CHAMADA PÚBLICA

Art. 3º A Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente expedirá Edital de Chamada Pública com a finalidade de selecionar as pessoas físicas e jurídicas interessadas na permissão de uso a que se refere este Decreto.

Parágrafo único. Para a formalização do Termo de Permissão de Uso, o Edital deverá exigir dos interessados, obrigatoriamente, sem prejuízo de outras exigências, a apresentação dos seguintes documentos:

I - se pessoa física:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- b) extrato da Declaração de Aptidão ao Pronaf do agricultor familiar participante – DAP Física, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, incluindo os débitos previdenciários, por meio da apresentação de certidão conjunta de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União ou de certidão positiva com efeitos de negativa;
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual, por meio da apresentação de certidão negativa de débitos junto à Secretaria de Estado da Fazenda Estadual ou de certidão positiva com efeitos de negativa;
- e) prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio do interessado, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos municipais ou de certidão positiva com efeitos de negativa;
- f) certidão negativa de débitos junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- g) certidão negativa de débitos trabalhistas;

- h) prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso;
- i) declaração de que os gêneros são oriundos de produção própria.
- II - se pessoa jurídica:
- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) extrato da Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP jurídica, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, incluindo os débitos previdenciários, por meio da apresentação de certidão conjunta de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União ou de certidão positiva com efeitos de negativa;
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual, por meio da apresentação de certidão negativa de débitos junto à Secretaria de Estado da Fazenda Estadual ou de certidão positiva com efeitos de negativa;
- e) prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio do interessado, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos municipais ou de certidão positiva com efeitos de negativa;
- f) certidão negativa de débitos junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- g) certidão negativa de débitos trabalhistas;
- h) cópia do contrato social registrada no órgão competente;
- i) prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso;
- j) declaração de que os gêneros são oriundos de produção própria.

Capítulo III DO FUNCIONAMENTO DO GALPÃO DA FEIRA MUNICIPAL

Art. 4º O Galpão da Feira Municipal será aberto ao público de segunda-feira à sexta-feira, com horário de funcionamento das 08:00 h às 18:00 h, e aos sábados, das 08:00 h às 13:00 h.

Parágrafo único. A entrada e a permanência de pessoas no recinto em horários diversos do estabelecido somente será admitida mediante autorização expressa da Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente.

Capítulo IV DA INSTALAÇÃO, DA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PERMITIDO E DAS OBRIGAÇÕES

Art. 5º Após análise dos critérios estabelecidos e a assinatura do Termo de Permissão de Uso, será concedido o prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura, para a instalação e início das atividades.

§ 1º O início das atividades pelo permissionário ficará condicionado à realização de vistoria prévia por parte da Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente, com a finalidade de certificar o cumprimento das obrigações constantes no Termo de Permissão de Uso.

§ 2º Findo o prazo a que se refere o *caput* e constatada a inércia do permissionário, o Termo de Permissão de Uso será revogado.

§ 3º O Galpão da Feira Municipal e as áreas adjacentes deverão ser mantidos em boas condições de higiene e segurança, sendo obrigatória a instalação, pelos permissionários, de recipientes adequados para promover a destinação correta de lixo ou sobras, observado o acondicionamento à parte do material reciclável.

§ 4º As caixas e embalagens já utilizadas não poderão ser armazenadas nas áreas internas ou externas do Galpão da Feira Municipal.

Art. 6º Competem aos permissionários a execução dos serviços de limpeza diária, higienização, manutenção, conservação e segurança das áreas internas, externas e comuns.

§ 1º A execução dos serviços a que se refere *caput* será acompanhada pela Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente e pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais, quando se tratar de serviços de manutenção, conservação e segurança.

§ 2º Nas hipóteses de intervenção física será obrigatória a autorização prévia da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais.

Art. 7º Os permissionários deverão reparar quaisquer danos ocasionados nas dependências do Galpão da Feira Municipal, inclusive aqueles provenientes do uso.

§ 1º A obrigação de reparar danos também se estenderá àqueles provocados no exercício da atividade, causado a outro permissionário ou a terceiros, independentemente da existência da culpa, sendo incabível, em qualquer hipótese, a responsabilização do Município, de forma solidária ou subsidiária.

§ 2º Caso o responsável não adote as providências necessárias, o Termo de Permissão de Uso será revogado e a Administração poderá proceder aos reparos exigidos e cobrar o valor correspondente, inclusive judicialmente, sem prejuízo da adoção de todas as demais

medidas cabíveis.

Art. 8º A responsabilidade pelo pagamento das tarifas de água e de energia elétrica ficará a cargo do Município.

Art. 9º Todas as obrigações e condições serão estabelecidas de forma expressa no Termo de Permissão de Uso.

Capítulo V DAS ATIVIDADES

Art. 10 A permissão de uso será outorgada para a exploração das seguintes atividades e produtos:

- I - artesanato, para a exposição e venda de produtos artesanais;
- II - floricultura, para a venda de flores naturais, sementes, plantas e demais artigos correlatos;
- III - empório, para a venda de cereais, grãos alimentícios, rapaduras, geleias, conservas em geral, frutas secas e cristalizadas e demais produtos similares;
- IV - café e quitandas em geral;
- V - pastelaria;
- VI - peixaria, para a venda de pescados, frescos ou congelados;
- VII - queijos e demais produtos de origem animal e seus derivados;
- VIII - hortifrutigranjeiros, para a venda de verduras, legumes, raízes, tubérculos, rizomas, bulbos, frutas e demais produtos característicos do ramo.

Parágrafo único. Todos os produtos de origem animal e seus derivados deverão, obrigatoriamente, possuírem cadastro no órgão competente.

Capítulo VI DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO DE USO

Art. 11 A permissão de uso será revogada:

- I - a qualquer tempo, por razões de interesse público, demonstrada a conveniência e a oportunidade;
- II - em virtude da morte do permissionário ou de sua invalidez permanente;
- III - por interesse do permissionário, mediante requerimento escrito, datado e assinado.

Parágrafo único. A revogação da permissão de uso não ensejará, em nenhuma hipótese, o direito ao recebimento de indenização por parte do permissionário.

Capítulo VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 Os casos omissos serão decididos pela Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente.

Art. 13 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 09 de março de 2021.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

FABIO JOSÉ GONÇALVES
Secretário Municipal de Desenvolvimento
Econômico, Inovação, Governo e Turismo

ANEXO I

	03	04	05	
02				06
01				07
	10	09	08	

BARRACAS	ATIVIDADE
01	Artesanato
02	Floricultura
03	Empório
04	Café e quitandas em geral
05	Pastelaria
06	Peixaria e queijos
07, 08, 09 e 10	Hortifrutigranjeiros



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG. AVISO DE HABILITAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 09/2021, FORMA: ELETRÔNICA–PROCESSO Nº 15/2021. Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Eventual e Futura Aquisição de Enxoval Hospitalar, Solicitados Pela Secretaria Municipal de Saúde de Monte Carmelo MG. Para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. O Pregoeiro torna público o Resultado da Habilitação do Processo nº 15/2021, modalidade Pregão SRP nº 09/2021 – Tipo: menor preço por item. **Empresas Habilitadas:** Elo Textil Ltda, CNPJ: 28.844.636/0001-39; P N D Comercial Ltda, CNPJ: 38.502.504/0001-82. Data: 26/02/2021. Iscleris Wagner Gonçalves Machado - Pregoeiro. **AVISO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 09/2021, FORMA: ELETRÔNICA – PROCESSO Nº 15/2021.** A Secretária Municipal da Fazenda torna pública a Homologação do Processo nº. 15/2021, modalidade Pregão SRP nº 09/2021 – Tipo: menor preço por item, em favor das Empresas: Elo Textil Ltda, CNPJ: 28.844.636/0001-39; P N D Comercial Ltda, CNPJ: 38.502.504/0001-82. Data: 26/02/2021. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda. **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. PREGÃO SRP Nº 09/2021, FORMA: ELETRÔNICA, PROCESSO Nº 15/2021.** **Órgão Gerenciador:** Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. **Vigência:** 12 (Doze) meses. **Empresas:** Ata RP nº 67/2021: Elo Textil Ltda, CNPJ: 28.844.636/0001-39; Valor: R\$ 156.200,00. Ata RP nº 68/2021: P N D Comercial Ltda, CNPJ: 38.502.504/0001-82; Valor: R\$ 12.200,00. **Valor Global:** R\$ 168.400,00. **Data:** 26/02/2021. Ana Paula Pereira - Secretária Municipal da Fazenda.

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 228

ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br